

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE DE PSICOLOGIA SOBRE O ATENDIMENTO TERAPÊUTICO DE PACIENTES SURDOS

The psychology community perception on deaf patients therapy



Andréa Gomes de Souza Felix¹



Heidi Elizabeth Baeck²
(INES)



¹Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; andreaefelix@ines.gov.br

²Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; hbaeck@ines.gov.br

Resumo

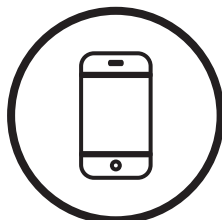
Sob a argumentação de que a acessibilidade à psicoterapia por meio de intérprete ocasiona inevitável quebra de privacidade e causa grandes prejuízos para o paciente surdo, autores apontam a necessidade da proficiência em Libras dos terapeutas. O objetivo da presente pesquisa foi investigar o conhecimento sobre o sujeito surdo e a disponibilidade dos psicólogos em investir na formação em Libras. Os achados mostram que há um significativo contingente de psicólogos dispostos a atender pacientes surdos, tornando justificável investimentos públicos em ações inclusivas e apontam para o fato de que qualquer proposta de ampliação da rede de atendimento psicoterapêutico para a população surda demanda o enfrentamento, com a mesma prioridade, de duas frentes: o fomento à proficiência em Libras para psicólogos; e a promoção de ações que gerem empatia da comunidade de psicologia com o sujeito surdo.

Palavras-chave: Acessibilidade; Surdo; Psicoterapia.

Abstract

Under the argument that accessibility to psychotherapy through an interpreter results in an inevitable breach of privacy and causes great harm to the deaf patient, authors point out the need for therapists to be proficient in Brazilian Sign Language. The objective of the present research was to investigate knowledge about the deaf people and the willingness of psychologists to invest in training in Libras. The findings show that there is a significant contingent of psychologists potentially open to future sessions with deaf patients, making investments in inclusion actions justifiable and points to the fact that any proposal to expand the psychotherapeutic care network for the deaf population demands tackling, two fronts with the same priority: promoting proficiency in Libras for psychologists; and the fostering of actions that generate empathy from the psychology community toward deaf individuals.

Keywords: Accessibility; Deaf; Psychotherapy.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK:**

https://youtu.be/MJHaL_zJSTI



Introdução

Quando o tema abordado envolve a saúde do ser humano, parece haver uma tendência natural de se pensar somente no aspecto físico do indivíduo. Tal fato é bastante compreensível, uma vez que é o adoecimento físico que se revela de forma concreta, acometendo a integridade corporal do indivíduo. Entretanto, ser saudável é uma condição mais complexa, vai além do físico, envolve também de forma profunda a saúde emocional.

A conscientização de que o bem-estar emocional é parte integrante e fundamental da boa saúde é fruto de reflexões de longa data. Há mais de seis décadas a Organização Mundial de Saúde-OMS definiu que saúde “não é somente ausência de afecções e enfermidades” e sim “um estado de completo bem-estar físico, mental e social” (OMS,1948, p.1). No cenário da vida contemporânea, a saúde mental é frequentemente acometida e os problemas psicológicos parecem estar em ascensão, atingindo pessoas de todas as idades e por razões das mais diferentes naturezas.

A dificuldade para manter a autoestima positiva diante da aparente vida perfeita exibida nas redes sociais é um exemplo de um aspecto cotidiano que tem conduzindo a desequilíbrios

emocionais com certa frequência (Biernath, 2019). Costa (2004) já havia apontado para o fato de que a chegada da era da internet estaria produzindo alterações psicológicas, principalmente, nos jovens. A fragilidade dos relacionamentos interpessoais e a competitividade do mercado de trabalho também são exemplos de aspectos que têm sobrecarregado o emocional das pessoas (Biernath, 2019; Passos, 2019).

Obviamente, não são apenas os enfrentamentos do cotidiano que conduzem à necessidade de atendimentos psicoterapêuticos. Alves *et al.* (2012) mostraram que é grande o número de crianças com problemas de aprendizagem que chegam à psicoterapia, em especial, nas etapas iniciais do ensino fundamental. Em um âmbito mais grave, experiências associadas a abusos e violência doméstica também estão entre as causas frequentes do adoecimento mental da população no Brasil. Enquanto a Associação Brasileira de Crianças Abusadas e Negligenciadas estima que 4,5 milhões de crianças são vítimas de abuso e negligência por ano no país (Deslandes, 1994), o Relatório Nacional Brasileiro, que retrata o perfil da mulher brasileira, refere que a cada 15 segundos uma mulher é agredida, ou seja, em 24 horas somam-se 5.760 mulheres (Dias, 2006).

Segundo o que consta na literatura, esses são apenas alguns dos fatores causais do adoecimento emocional da população. Contudo, já é possível perceber a existência de um universo significativamente numeroso de pessoas que demandam atendimento psicológico no país. Um levantamento realizado pela Revista Veja, em abril de 2019, mostrou que 86% dos brasileiros têm algum transtorno mental como depressão e ansiedade (Passos, 2019).

O intuito de chamar a atenção para o grande o número de pessoas que apresentam a saúde mental fragilizada reside no fato de que dentro desse contingente encontram-se pessoas que precisam enfrentar barreiras que vão além daquelas normalmente enfrentadas por todos os cidadãos, barreiras específicas associadas à existência de uma surdez, em especial, a surdez congênita ou adquirida na primeira infância, uma vez que a falta de audição nessa fase inicial da vida dificulta o desenvolvimento da língua portuguesa oralizada.

Tendo em vista que a população é predominantemente ouvinte e utiliza a fala como meio habitual de expressão, a interação dos surdos com o meio social frequentemente se torna uma tarefa desgastante e com resultados ineficientes. A falta de acessibilidade ocasionada pela quebra na comunicação gera exclusão social e a convivência diária com essa exclusão representa, em geral, conforme Cosh *et al.* (2017), mais um fator que potencialmente conduz a população surda a desequilíbrios emocionais, como crises de ansiedade e depressões graves.

Estudos epidemiológicos nacionais não trazem dados conclusivos sobre a prevalência da perda auditiva severa/profunda na população brasileira (Tiensoli *et al.* 2007; Cruz *et al.* 2009; Guimarães, Barbosa, 2012). Ainda assim, estima-se, com base no censo demográfico, que há cerca de 2,7 milhões de surdos com perdas auditivas severas a profundas (IBGE, 2010) e que convivem diariamente com as barreiras geradas pela quebra de efetividade na comunicação com o meio social.

Vale destacar que, apesar das dificuldades decorrentes da surdez e as repercussões que se alastram pela vida do indivíduo, não são apenas elas desencadeadoras de problemas emocionais, afinal ele não é a surdez, mas uma pessoa com suas singularidades, e poderá ter problemas emocionais decorrentes de qualquer condição em sua vida (Rodrigues, Natividade, 2020, p.2).

A psicoterapia consiste em um tratamento colaborativo baseado na relação paciente e terapeuta. Desenvolve-se com uma dinâmica própria, característica, onde o diálogo é a peça fundamental que permite ao paciente expressar seus sentimentos e ao psicoterapeuta realizar as intervenções. Não que seja obrigatório, mas sabe-se que na prática o diálogo terapêutico é unanimemente estabelecido por meio da fala, o que torna o tratamento psicoterapêutico em si quase inviável para o surdo.

Com exceção daqueles oralizados e hábeis na leitura labial, a comunicação dos surdos é estabelecida majoritariamente por intermédio da língua brasileira de sinais - Libras. “Usar a língua de sinais é falar com as mãos e ouvir com olhos” (Domunguos, 2010, p.4). Trata-se de uma forma de comunicação plena que permite compreender e ser compreendido, que permite expressar com detalhes fatos, pensamentos e sentimentos. Engloba ideias complexas e abstratas veiculadas não por um canal oral-auditivo, mas visuoespacial, com mecanismos sintáticos específicos (Brasil, 2006; Mourão, 2018). Segundo Quadros e Karnopp (2004), a língua de sinais possui uma estruturação tão complexa quanto qualquer língua falada, fato que permite lhe ser atribuído o conceito de língua natural.

Ou seja, a língua de sinais propriamente dita não se configura como uma barreira para um diálogo produtivo entre paciente e terapeuta. A barreira, sim, se estabelece pelo fato de que a Libras é pouco difundida entre os ouvintes. Parece razoável afirmar que grande parte dos ouvintes que não apresentam qualquer proximidade com a surdez, isto é, não têm familiares ou amigos surdos, são inábeis para se expressar através da Libras, mesmo que em níveis básicos. Por esse motivo, é provavelmente inexpressivo o quantitativo de psicólogos habilitados a realizar um atendimento terapêutico com pacientes surdos, sem recorrer de forma compulsória ao mais habitual dos recursos de acessibilidade: a presença de uma terceira pessoa no contexto terapêutico, seja um acompanhante ou um profissional tradutor intérprete de Língua de Sinais e Português - TILSP.

O encontro clínico entre o profissional da saúde e a pessoa surda normalmente acontece fora dos padrões esperados na rotina de qualquer profissional; indivíduos surdos e profissionais se veem diante de limitações que dificultam o vínculo a ser estabelecido entre eles. Esse aspecto se agrava se for considerado o fato de que a Língua de Sinais quase sempre é desconhecida pelos profissionais de saúde. Para muitos, a solução encontrada está na solicitação da presença do intérprete da Língua de Sinais como mediador, o que implica na inclusão de uma terceira pessoa nesta relação (Chaveiro et al., 2020, p.640).

A presença de uma terceira pessoa é o recurso mais utilizado na prática para proporcionar acesso ao sujeito surdo às mais diversas esferas da sociedade. Na educação, a presença do TILSP é vista de forma positiva, como sendo “de suma importância” (Almeida; Córdula, 2017, p.4), para “não apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino, para que o aluno surdo possa ser favorecido na aprendizagem especialmente elaborada e pensada, e, conseqüentemente, eficiente” (Lacerda *et al.*, 2011, p.5). Já, na esfera da saúde e, particularmente da saúde mental, esse mesmo recurso ganha um olhar bem menos favorável. Silva (2016, p.186) afirma que a participação do intérprete no contexto da atenção psicológica pode afetar negativamente o processo de atendimento e reforça que “a presença do intérprete coloca em xeque o próprio modelo terapêutico” em função da falta de privacidade.

Gomes *et al.* (2017) citam que, em sua pesquisa, diversos surdos relataram que não gostariam de ser atendidos com intérpretes em situações que expõem a intimidade, como no caso do atendimento psicológico e psiquiátrico. Conforme McAleer (apud Chaveiro *et al.*, 2010, p.643), algumas pessoas surdas são relutantes quanto à presença do intérprete, especialmente se ele conhece ou participa da comunidade surda na qual está inserido.

Como já referido, a psicoterapia é baseada na relação paciente e terapeuta. O sucesso do tratamento depende da construção de um ambiente de apoio que permite ao paciente expressar abertamente suas emoções com alguém neutro e confiável, que lhe conferirá a isenção de julgamentos e, principalmente, lhe assegurará o direito à privacidade. Conforme o código de ética da categoria, no Art. 9º.

É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações a que tenha acesso no exercício profissional (Brasília, 2005).

A presença de um familiar no contexto terapêutico é obviamente inadequada, pela própria concepção do processo. Não muito diferente, a presença de um TILSP, mesmo que desconhecido do paciente, torna a configuração terapêutica vulnerável, tanto no que se refere à construção de um ambiente neutro e confiável, quanto no que se refere ao direito de privacidade do paciente. Segundo Casali (2012, p.10) por mais que o intérprete possibilite a comunicação entre profissional e paciente, sua presença abre espaço para a quebra de sigilo e “[...] pode aflorar no paciente sentimentos como desconfiança e vergonha ao expor assuntos pessoais”. Da mesma forma, Rodrigues e Natividade (2020, p.21) consideraram que a presença do intérprete “pode prejudicar a eficácia do atendimento” e complementam afirmando que o ideal é haver um diálogo direto entre terapeuta e paciente “para evitar quebra de sigilo, desconforto para o paciente em expressar suas particularidades com outra pessoa além do psicólogo e garantir que o conteúdo não sofra alterações na hora de traduzir”.

A presença do TILSP tem sido, de forma contundente, descrita na literatura como um fator negativo no contexto psicoterapêutico. Mas qual a solução? Chaveiro *et al.* (2010, p.643) chama atenção para a questão de que “os surdos se sentem ansiosos em relação a questões confidenciais, mas, sem um intérprete, ficam sem informações sobre decisões e condução da assistência a ser oferecida”.

Nas conclusões e considerações finais de grande parte dos pesquisadores aqui mencionados, pode-se observar um consenso sobre a necessidade de capacitação dos psicólogos no aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para que seja possível a comunicação direta com o paciente surdo e, assim, oferecer aos surdos um atendimento sem terceiros e com privacidade. Para os profissionais em formação, defende-se a inclusão da Libras na grade curricular obrigatória, tal como implementado há alguns anos nos cursos de Pedagogia e Fonoaudiologia (Brasil: MEC, 2005).

Conforme Rodrigues e Natividade (2020, p.10), “a melhor estratégia seria o psicólogo se comunicar diretamente pela LIBRAS, evitando problemas com vínculo e dificuldades na exposição de questões pessoais do paciente”.

Chaveiro *et al.* (2010, p. 644) afirmam:

O uso da linguagem verbal precisa ser substituído por outro recurso de comunicação, a Língua de Sinais. Sendo a LIBRAS a língua pela qual o surdo se expressa, os profissionais da saúde [...] necessitam estudá-la ou pelo menos adquirir noções básicas [...]. É necessário que as Instituições acadêmicas oportunizem aos futuros profissionais o aprendizado da Língua Sinais, atendendo as necessidades da pessoa surda.

Gomes *et al.* (2017, p. 395) chamam a atenção para a relevância da Libras durante a formação dos profissionais envolvidos na promoção da saúde, com a seguinte afirmação:

Destaca-se a importância da implantação ou ampliação do estudo de Libras antes ou durante a formação médica e nos demais cursos da área de saúde. A conscientização dos profissionais de saúde acerca do atendimento integral do paciente surdo é um passo fundamental na implementação efetiva do ensino de Libras de forma especializada no ensino superior, resultando em maior confiança e qualidade na relação médico-paciente.

Pires e Almeida (2016) propuseram a implantação da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de graduação da área da saúde, enquanto Barroso, Freitas, Wetterich (2020, p. 141) sugerem que a Libras seja obrigatória “nos cursos técnicos e tecnológicos da área da saúde para que realmente se tenha a formação integral e humanizada”.

Com base na literatura, parece claro que o caminho para a real acessibilidade do surdo à psicoterapia é a proficiência do terapeuta em Libras, tornando-se apto a se comunicar com a complexidade que os diálogos terapêuticos exigem. Entretanto, tendo em vista que a Libras é uma língua e, como tal, seu aprendizado demanda um grande investimento pessoal, até que se alcance a proficiência, levanta-se um questionamento que parece fundamental: na prática, qual a disponibilidade dos psicólogos em se tornar proficientes em Libras? E, não menos importante, há profissionais dispostos a atender pacientes surdos? E, ainda, qual o grau de conhecimento dos psicólogos sobre o sujeito e a cultura surda?

Ao buscar respostas para esses questionamentos, deseja-se provocar uma reflexão construtiva sobre a relação entre proposições teóricas e viabilidade prática, além de gerar conhecimento capaz de contribuir para a concepção de políticas inclusivas que visem não apenas oferecer o acesso, mas promover a acessibilidade, estimulando a população surda a protagonizar a busca do seu bem-estar emocional. Considera-se necessária uma maior proximidade dos profissionais da psicologia clínica com a Libras e a cultura surda (Ferreira Junior *et al.*, 2021). Assim sendo, a presente pesquisa tem o objetivo de investigar as percepções dos psicólogos sobre o atendimento de pacientes surdos, visando obter um panorama da disponibilidade desses profissionais e, dessa forma, gerar conhecimentos capazes de dar suporte a políticas públicas voltadas para a promoção da saúde emocional da população surda.

1 Material e Método

A presente pesquisa trata-se de uma investigação de campo, de caráter exploratório, com procedimentos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do INES (parecer no 6054191). A amostra foi composta por psicólogos, selecionados a partir da rede de conhecimento de uma das pesquisadoras e sua replicação, respeitando dois critérios de inclusão: atuação na área de psicologia clínica e atuação há mais de três anos. A especificidade na área clínica

teve como objetivo excluir psicólogos que atuassem em outros campos da psicologia, como o educacional ou empresarial e o tempo de três anos teve como objetivo a exclusão de recém-formados ou profissionais de pouca experiência que, teoricamente, ainda não teriam tido a oportunidade de atender uma diversidade maior de pacientes como o caso de um paciente surdo.

O instrumento de pesquisa consiste em um questionário de nove questões, que se organiza basicamente em torno de quatro blocos de investigação: o conhecimento sobre o sujeito surdo e a dinâmica do processo psicoterapêutico com a população surda; a habilidade de comunicação em Libras; a percepção da prática terapêutica com a presença de intérprete e a disponibilidade de atender nessa condição; e o interesse no aprendizado de Libras. A adequação estrutural e de conteúdo do instrumento foi validada por um estudo piloto, com quatro revisores (dois psicólogos e dois educadores) construindo-se uma versão final retificada que garantisse a assertividade e coerência do instrumento utilizado. O questionário foi enviado à rede de conhecidos de uma das pesquisadoras por meio da plataforma *Google Forms* e, a partir deles, replicado. O período de coleta de dados foi de quatro semanas.

2 Resultados e Discussão

2.1 Caracterização da amostra

Responderam à pesquisa 54 participantes, com 3 a 35 anos de experiência na área de psicologia clínica, atuantes em 11 diferentes estados federativos dos Brasil. A distribuição dos dados referentes ao tempo de atuação profissional se mostrou assimétrica, invalidando a estimação de uma medida de tendência central e, portanto, optou-se por descrever os dados a partir de três seções, definidas por aproximação percentual. Assim sendo, a amostra se caracteriza por participantes que atuam de 3 a 7 anos (37%), de 8 a 15 anos (35%) e de 19 a 35 anos (28%). Vale referir que não houve participantes com tempo entre 16 e 18 anos de atuação.

A distribuição dos dados, no que se refere ao estado federativo de atuação, mostrou uma composição amostral bastante restrita, sendo encontrados, além do Distrito Federal, somente 10 dos 26 estados do país (Gráfico 1), sendo que mais da metade dos participantes (56%) atuam no estado do Rio de Janeiro.

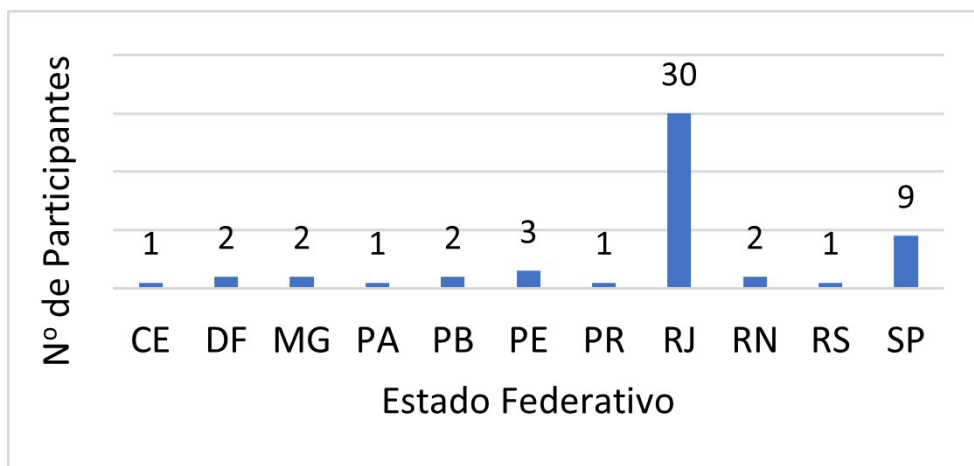


Gráfico 1 - Distribuição dos estados federativos de atuação profissional da amostra.

A falta de representatividade de 16 estados federativos e a representatividade massiva do estado do Rio de Janeiro inferem que as conclusões obtidas na presente pesquisa expressam, em grande parte, uma realidade do Rio de Janeiro, não podendo ser generalizadas para o território nacional. A prevalência de participantes do Rio de Janeiro justifica-se pela soma de dois aspectos metodológicos. O primeiro está relacionado com o fato de que a amostra foi composta a partir da rede de relações de uma das pesquisadoras que reside no estado e o segundo está associado ao tempo de aplicação, limitado pelo prazo de elaboração da pesquisa, que não propiciou um alcance do instrumento de pesquisa em níveis nacionais.

2.2 Percepções dos Participantes: Conhecimento sobre o sujeito surdo e a dinâmica do processo psicoterapêutico com a população surda

Nas questões um e dois, foi perguntado aos participantes se já tinham tido contato informal com algum indivíduo surdo, de que natureza teria sido esse contato e se tinham conhecimento sobre barreiras enfrentadas pelos surdos no atendimento psicoterapêutico.

Os achados mostraram que aproximadamente metade dos participantes (48%) referiram nunca ter tido contato pessoal com indivíduos surdos fora do âmbito profissional. A investigação da natureza do contato da outra parte dos participantes (52%) mostrou que o âmbito social se mostrou prevalente, sendo referida por 42% dos participantes. Surpreende a pouca representatividade do âmbito religioso (16%), uma vez que se esperava uma representatividade até mesmo prevalente, tendo em vista a significativa presença de fiéis surdos nos espaços religiosos, resultante da preocupação dos religiosos com o acolhimento a essa população. Não é ao acaso que o âmbito religioso é tido como o berço do interesse pela tradução e interpretação da língua de sinais. “A instituição religiosa tem sido meio de inclusão para muitos que, de alguma forma, se sentem excluídos por possuírem a surdez” (Damasceno, 2019, p.64). Essa estreita relação de religiosos com sujeitos surdos pode ser observada desde o século 16, como por exemplo, pela atuação do padre espanhol Ponce de León na educação de surdos. (Silva, 2012).

Na continuidade, foram analisadas as respostas descritivas à pergunta sobre as barreiras enfrentadas pelos surdos. Fez-se necessária a criação de cinco categorias para que todos os apontamentos pudessem ser confortavelmente classificados: falta de qualificação em Libras; dificuldade na comunicação; falta de privacidade; falta de conhecimento do universo surdo; dificuldade em estabelecer vínculo terapêutico. Os achados indicaram que a barreira associada à falta de qualificação para o atendimento ao paciente surdo foi citada de forma consideravelmente expressiva pelos participantes (67%), mostrando que há ampla consciência dos participantes da carência de profissionais que atendam pacientes surdos. Por outro lado, as demais barreiras que trazem os aspectos específicos que permeiam o atendimento dos sujeitos surdos em si foram citadas por poucos participantes: a dificuldade na comunicação (20%); a falta de privacidade (3%); a falta de conhecimento do universo surdo (2%); e a dificuldade em estabelecer vínculo terapêutico (8%), sugerindo que, apesar de haver uma consciência dos psicólogos com relação à carência de profissionais para o atendimento de pacientes surdos, não há uma reflexão maior sobre os aspectos específicos que conduzem a essa carência.

As barreiras elencadas pelos participantes da presente pesquisa, em linhas gerais, alinham-se àquelas elencadas pelos autores da literatura aqui considerada. Ao investigar 11 psicólogos na cidade de Parnaíba - PI, Costa (2022) referiu que seus participantes reconheceram como sendo barreiras para o atendimento ao paciente surdo a 'dificuldade na comunicação', o 'distanciamento da comunidade surda' e a 'ausência de obrigatoriedade de formação em Libras na grade curricular'.

Em outra pesquisa envolvendo duas psicólogas clínicas, uma fluente em Libras e outra não fluente, Rodrigues e Natividade (2020) citam a 'falta de conhecimento da cultura surda' como um fator que prejudica o atendimento à população surda e, ainda, apontam a necessidade da presença de um intérprete durante as sessões terapêuticas, como uma grande barreira no processo de atendimento psicoterapêutico, devido à 'falta de privacidade' que essa dinâmica acarreta.

Ainda no mesmo caminho, Pereira *et al.* (2020) destacaram a 'dificuldade de aprendizado da Libras' e a 'falta de contato constante com a comunidade surda' como entraves significativos para o atendimento a esse público e Camargos (2019) afirma que a 'falta de compreensão das diferenças culturais entre pessoas surdas e ouvintes' se mostra um obstáculo para os psicólogos que trabalham com essa comunidade.

Um aspecto não pontuado pelos participantes e que se encontra descrito na literatura como um dos fatores que prejudica o atendimento à população surda é a 'ausência de políticas públicas' (Rodrigues; Natividade, 2020). Não obstante essa falta, chama-se a atenção para o fato de que há, no mínimo, seis barreiras claramente distintas descritas na literatura e, apesar do participante ter sido indagado sobre as barreiras claramente no plural, somente dez participantes (18%) apontaram duas barreiras. Todos os demais (76%) apontaram uma única barreira. Isto é, nenhum participante demonstrou conhecer três ou mais barreiras, evidenciando que os participantes conhecem relativamente pouco sobre o indivíduo surdo e as questões que envolvem a dinâmica terapêutica com esse paciente. Por outro lado, apenas três participantes (6%) deixaram o campo de resposta em branco, mostrando que a maioria

dos terapeutas (94%) têm conhecimento de ao menos de uma das questões que envolvem as dificuldades da população surda em obter atendimento psicoterapêutico. A composição desses achados corrobora o apontamento de que os psicólogos têm um conhecimento básico sobre as questões que envolvem o atendimento de pacientes surdos, porém, não há uma reflexão mais ampla sobre os aspectos específicos que envolvem esse atendimento.

Ainda com o propósito de aprofundar a investigação sobre o conhecimento dos participantes a respeito do sujeito surdo e da dinâmica do atendimento psicoterapêutico com essa população, as questões três e quatro do instrumento de pesquisa foram destinadas a arguir os pesquisados sobre participações em palestras ou capacitações e sobre eventuais experiências profissionais que lhes oferecessem conhecimento específico sobre o atendimento a pacientes surdos. Os achados indicaram que a maior parte da amostra (72%) referiu não ter tido a oportunidade de participar de palestras ou capacitações. Apesar desse grande quantitativo de participantes que nunca participaram desses eventos, uma parte significativa de participantes (31%) afirmou que, caso lhes fosse oportunizado, optariam em participar. Somente uma pequena parte da amostra (6%) efetivamente declinou da oportunidade de participar quando surgiu a ocasião. Tais dados parecem mostrar que o acesso ao conhecimento de qualidade, no que se refere ao atendimento a pacientes surdos, é significativamente restrito, apesar de haver um relativo interesse. Uma observação importante diz respeito a outra parte da amostra, dos participantes que efetivamente já presenciaram palestras ou qualificações (22%). Os achados mostram que, em boa parte dos casos (15%), o desdobramento foi frutífero, uma vez que, após o evento, os participantes sentiram-se motivados a atender pacientes surdos, caso houvesse a demanda.

Se somados o fato de que 72% dos participantes nunca tiveram a oportunidade de participar, ao fato de que, dessa porcentagem (72%) 31% gostariam de participar e, ainda, ao fato de que 15% dos participantes que já participaram se sentiram motivados a atender um paciente surdo, fica evidente que o investimento em políticas públicas, voltadas a disseminar informações sobre o sujeito surdo no âmbito da comunidade de psicologia, mesmo que de caráter pontual, como no caso de palestras e capacitações isoladas, tem o potencial de contribuir para o aumento do contingente de profissionais dispostos a abraçar a causa da população surda.

Assim como o contato com palestras e qualificações, a experiência profissional dos participantes com sujeitos surdos mostrou-se igualmente restrita. Os achados apontaram que a maior parte dos participantes (87%) nunca atendeu um paciente surdo, e mesmo dentre os poucos que referiram ter realizado esse tipo de atendimento (13%), apenas três participantes referiram uma experiência mais significativa, tendo atendido entre cinco e sete pacientes ao longo de suas carreiras. Ou seja, a prática profissional parece não representar uma fonte de conhecimento com o potencial de disseminar o universo surdo entre os profissionais de psicologia, reforçando ainda mais a necessidade de políticas públicas que ofereçam essa oportunidade.

2.3 Percepções dos Participantes: Habilidade de Comunicação em Libras

Na questão cinco do questionário, foi perguntado aos participantes sobre sua habilidade em sinalizar a Libras. Os achados são de que a maior parte dos participantes (68%) afirmou conhecer alguns sinais em Libras, mas não se sentem aptos a se comunicar em Libras. Dentre os que referem alguma aptidão (26%), a maior parte refere nível básico (17%) e a parte restante (9%) refere nível intermediário.

Chama a atenção o achado de que nenhum dos participantes referiu ser fluente em Libras, sugerindo uma carência absoluta de profissionais inteiramente qualificados para atender a população surda, mesmo entre aqueles que já realizam esse tipo de atendimento. Vale salientar que apesar de expressivo, o número de participantes deste estudo não contempla o cálculo estatístico de tamanho amostral com base no universo de pesquisa. Reitera-se que o presente estudo apresenta caráter exploratório, ou seja, de aproximação ao tema.

Em uma condição extrema de desconhecimento, 6% dos participantes referiram não saber do que a Libras se trata. O quantitativo de 26% de participantes que referiram se sentir aptos para se comunicarem em Libras, embora não fluentes, de certa forma surpreende. Esperava-se um quantitativo menor, tendo em vista que a língua de sinais ainda é pouco utilizada na sociedade, a exemplo do sistema Braile para pessoas com baixa visão.

Conforme Matte et al (2019, s/p):

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) passou a ser considerada como uma segunda língua no Brasil a partir do Decreto 5.626/2005. Entretanto é pouco utilizada pelos ouvintes, sobretudo pelo baixo número de atividades que se dedicam a sua difusão [...].

Passos, Santos e Campelo (2018, p. 222) apontam que:

[...] o ouvinte ainda tem essa dificuldade de interação, por conta da pouca difusão da língua [...] há poucas iniciativas para a promoção da aquisição da língua, acabando que promove essa barreira comunicacional.

De fato, a barreira comunicacional ocasionada pela falta de habilidade em Libras da sociedade se faz presente no cotidiano. No entanto, a ocorrência do desconhecimento total da Libras na presente amostra, apesar de se apresentar em um percentual relativamente baixo (6%), chama a atenção, particularmente porque os participantes que referiram essa condição atuam profissionalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ou seja, dois grandes centros urbanos. O Rio de Janeiro, em especial, abriga, há mais de 160 anos, o centro de referência na educação de surdos do país, o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, como uma organização atuante e de grande representatividade. Seria razoável que o desconhecimento sobre a Libras fosse referido por participantes oriundos de localidades menos cosmopolitas.

Vale reiterar que Rio de Janeiro e São Paulo têm grande representatividade na amostra, 56% e 17% respectivamente (Gráfico 1), o que, por si só, poderia justificar o achado, atribuindo-o a questões probabilísticas. No entanto, no mínimo, pode-se afirmar que tal achado instiga a realização de estudos aprofundados sobre o conhecimento da Libras nos grandes centros

urbanos, que possam contribuir para a reflexão sobre a necessidade de se difundir a Libras, mesmo nessas localidades.

2.4 Percepções dos Participantes: sobre prática terapêutica com intérprete de Libras e disponibilidade de atender nessa condição

Nas questões sete e oito, foi perguntado aos participantes se consideram que a presença do intérprete de Libras em sessões terapêuticas prejudica a confidencialidade e a privacidade do paciente e se eles estariam dispostos a realizar o atendimento nessa condição. Os achados mostram que é uma percepção quase unânime (93%) que a presença compulsória do intérprete prejudica a confidencialidade e privacidade do paciente. Prevalece (50%) a percepção de que é inviável realizar psicoterapia com a presença de uma terceira pessoa que não tem relação direta com o processo terapêutico. Entretanto, uma parte importante dos participantes (43%) considera que, apesar da dificuldade imposta pela falta de privacidade, essa dinâmica não inviabiliza o atendimento. Poucos são os participantes (7%) que acreditam, sem restrições, no sucesso terapêutico com a dinâmica que um intérprete impõe.

Tais achados corroboram a literatura que traz de forma expressiva o discurso sobre as significativas perdas de eficácia no tratamento com a triangulação entre profissional/intérprete/paciente. De acordo com Araújo *et al.* (2019, pg.22), o intérprete afeta “negativamente na interação psicólogo-paciente”. Referem que “a presença do intérprete não deve ser recomendada em qualquer momento do atendimento psicológico, visto que há barreiras que ele pode estabelecer, como por exemplo a omissão do surdo” e ainda explicam que “o usuário, muitas vezes, por vergonha ou constrangimento, pode até omitir informações importantes sobre o seu processo saúde-doença”. Segundo Chaveiro *et al.* (2019, pg.643):

Ao analisar a presença de um intérprete de Língua de Sinais - LS, verifica-se a complexidade que envolve esta ação, pois não é suficiente ser conhecedor da LS, mas é necessário, também, respeitar o sigilo, saber transmitir o conteúdo da mensagem.

O estudo dos autores traz alguns relatos que evidenciam a percepção da presença do intérprete na relação terapêutica como um fator prejudicial: “O paciente pode se sentir constrangido com mais outra pessoa na sala. O ideal seria que não houvesse necessidade do intérprete [...]” (Chaveiro *et al.*, 2019, pg.643). “Seria ideal que não tivesse a presença do intérprete. Que eu como psicóloga soubesse Libras, e fizesse dela um uso, que fosse entendível para o paciente, porque tem a questão do sigilo [...]” (Chaveiro *et al.*, 2019, pg.643.).

Quando os participantes foram questionados se atenderiam um paciente surdo na condição terapeuta/paciente/intérprete, os resultados mostraram que um quantitativo considerável (44%) referiu que não atenderia, enquanto uma parte bem menor (26%) afirmou que sim. O restante dos participantes (30%) expressou dúvida respondendo que talvez atenderia.

Observa-se que o percentual elevado de negativas (44%) parece estabelecer uma relação de coerência com o elevado percentual de participantes que consideraram a inclusão

do intérprete de Libras na sessão terapêutica como sendo prejudicial ao ponto de invalidar o processo terapêutico (50%), assim como o baixo percentual de respostas positivas (26%), de certa forma, parece estabelecer uma relação de coerência com o baixo percentual de participantes que consideram que o intérprete não interfere no processo terapêutico (7%). Tal observação motivou a realização de uma análise específica que considerou as respostas do mesmo participante para as duas questões em destaque, sobre o caráter prejudicial do intérprete e sobre a disposição do atendimento ao indivíduo surdo. A relevância dessa análise reside na possibilidade de se compreender os motivos básicos que conduzem os participantes às suas percepções sobre o processo psicoterapêutico com pacientes surdos.

Os achados (Tabela 1), por um lado, revelam que dentre os participantes que não acreditam/concordam com a dinâmica envolvida nesse processo, grande parte (67%) não se dispõe a atender pacientes surdos, sugerindo que a questão central não é a falta de empatia com a causa surda, mas a descrença na efetividade do processo terapêutico acarretada pela quebra de confidencialidade e privacidade inerente à presença de intérprete. Por outro lado, os achados revelam que dentre os participantes que acreditam no processo terapêutico sem restrições, metade (50%) não se dispõe a atender um paciente surdo, sugerindo que o motivo não seria a presença do intérprete no processo terapêutico, mas seria mesmo a falta de empatia com o sujeito surdo.

Tabela 1 - Análise de relação das respostas do mesmo participante.

Conteúdo das Perguntas		O efeito da inclusão do intérprete sobre a confidencialidade terapêutica		
		Não afeta	Invalida	Afeta, mas não invalida
Disposição para o atendimento de paciente surdo?	Respostas			
	Sim	50%	4%	48%
	Não	50%	67%	17%
	Talvez	0%	17%	35%

Tais resultados evidenciam que políticas públicas que pretendam ampliar a rede de atendimento psicoterapêutico para a população surda provavelmente precisarão enfrentar duas frentes com a mesma prioridade, a saber: o fomento à proficiência em Libras para psicólogos; e a promoção de ações que sensibilizem esses profissionais para as necessidades dos sujeitos surdos. A primeira frente, direcionada aos psicólogos com o mesmo perfil que os 67% dos participantes da presente pesquisa (Tabela 1), que não acreditam no processo terapêutico com a presença do intérprete e não atenderiam um paciente surdo nessa dinâmica terapêutica, e a segunda frente, direcionada aos psicólogos com o mesmo perfil que os 50% dos participantes da presente pesquisa (Tabela 1), que acreditam no processo terapêutico mas, mesmo assim, não se dispõem a atender pacientes surdos.

2.5 Percepções dos Participantes: Interesse no Aprendizado da Libras

Nas questões seis e nove foi perguntado se os participantes têm interesse em investir no aprendizado da Libras e se consideram válido o oferecimento de um conteúdo que aborde questões relacionadas especificamente a pacientes surdos na formação superior de Psicologia. Os achados mostram que interesse em aprender Libras é prevalente entre os participantes (46%), evidenciando que há um quantitativo expressivo de profissionais que desejariam tornar-se capazes de sinalizar diretamente com o paciente surdo. Se somados os participantes que não descartaram o interesse em aprender Libras (33%), o quantitativo de participantes em potencial alcança a porcentagem de 79%. Somente 21% referiram não ter interesse em aprender Libras. Ou seja, a oportunidade de tal formação poderia mobilizar muitos profissionais para contribuir com a saúde emocional da população surda.

A inclusão, na grade curricular do curso superior de Psicologia, de conhecimentos que habilitem o profissional para o atendimento de pacientes surdos foi tida como positiva por 89% dos participantes. Enquanto a maioria (65%) acredita que o conteúdo é relevante o suficiente para justificar sua abordagem em uma disciplina obrigatória, outra parte (24%) considera que deva ser oferecido facultativamente para alunos que apresentam um interesse específico no assunto. O restante dos participantes não se sentiu apto a opinar (2%) ou considerou ser mais interessante ofertar o conteúdo na forma extracurricular (9%). Tais achados corroboram, de certa forma, que há o desejo de se ter profissionais qualificados e evidencia a percepção de que a formação é o caminho para se obter essa qualificação.

É amplamente conhecido que desde 2005 há a obrigatoriedade legal do ensino de Libras na grade curricular do curso superior de pedagogia e fonoaudiologia (BRASIL: MEC,2005). A obrigatoriedade no curso de pedagogia parece óbvia em função do grande compromisso que essa categoria profissional apresenta com a educação inclusiva. No entanto, a presença da Libras como uma disciplina obrigatória na grade curricular da fonoaudiologia pode ser vista como um grande avanço, uma vez que a atuação desse profissional é ampla e não necessariamente passa pelo atendimento ao sujeito surdo. Essa conquista abre um precedente que poderia expandir-se para outros cursos da área de saúde como, por exemplo, a psicologia. Apenas chama-se a atenção para o fato de que a formação atualmente obrigatória na fonoaudiologia é voltada prioritariamente para o aprendizado da Libras enquanto idioma. Seria fundamental que houvesse a ampliação desse conceito, trazendo ao estudante uma formação sobre o sujeito surdo, imerso em uma cultura, na qual a Libras é parte integrante. Somente dessa forma os terapeutas estarão aptos a se comunicar com o surdo e, para além disso, preparados para compreender as questões emocionais inerentes ao fato do paciente surdo se desenvolver em uma realidade diferenciada dos ouvintes.

Conclusão

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a obtenção das percepções de psicólogos sobre o sujeito surdo e o processo terapêutico a ele associado, o que possibilitou levantar as premissas necessárias para ações que estimulem o interesse dos profissionais em

atender a população surda, tendo, portanto, sido alcançados os objetivos propostos. Como resposta ao questionamento que envolve o 'grau de conhecimento', conclui-se que, por um lado, há grande conscientização dos psicólogos sobre a carência de profissionais capacitados para atender a população surda, sendo, essa, reconhecida como a barreira fundamental a ser superada. Por outro lado, há limitada percepção das tantas outras barreiras que estão mais diretamente relacionadas ao atendimento em si, evidenciando que, apesar de haver a percepção da problemática que envolve a carência de profissionais qualificados, não há uma reflexão aprofundada sobre os aspectos específicos que permeiam essa carência.

Há um grande contingente de psicólogos que apesar da larga experiência profissional, nunca atendeu um paciente surdo, sugerindo que a vivência clínica não se constitui como uma fonte potencial de propagação do conhecimento sobre o atendimento ao sujeito surdo entre psicólogos. A oportunidade de adquirir conhecimento em palestras e capacitações mostra-se igualmente restrita. Entretanto, é de grande valia a evidência de que a oportunizarão desse tipo de evento tende a resultar na motivação dos profissionais em receber o paciente surdo.

Conclui-se ainda que, de forma geral, não há profissionais com proficiência em Libras. Prevaecem aqueles que conhecem superficialmente a língua e não se sentem aptos para se comunicar por meio da sinalização. Apesar disso, a dinâmica terapeuta/paciente/intérprete é majoritariamente percebida como sendo insatisfatória. Seja com a percepção de que a quebra de confidencialidade é um obstáculo passível de ser transposto, ou, como a maioria, com a percepção radical de que essa triangulação invalida o processo terapêutico. Apesar de em número reduzido, chama a atenção a existência de psicólogos com uma percepção absolutamente positiva que consideram que o intérprete não interfere em nada no processo terapêutico do paciente surdo.

Como resposta ao questionamento que envolve a 'disponibilidade no atendimento' conclui-se que há um importante quantitativo de psicólogos que não se dispõe a atender a população surda na condição terapeuta/paciente/intérprete, mesmo que houvesse demanda. Seja porque não acreditam no sucesso terapêutico com outra dinâmica que não a tradicional terapeuta / paciente, seja porque não se dispõem a atender pacientes surdos (mesmo não tendo qualquer rejeição à dinâmica terapêutica imposta com a presença do intérprete), sugerindo, para esse último perfil, uma falta de empatia com a população surda. Tais conclusões evidenciam que qualquer política pública inclusiva que tenha a pretensão de reverter essa indisponibilidade deve considerar com mesma prioridade, ações voltadas à formação de Libras com vistas a atuar sobre o primeiro perfil e ações de sensibilização em relação à população surda com vistas a atuar sobre o segundo perfil de psicólogos. Ressalta-se que ambos os perfis apresentam um quantitativo de psicólogos expressivo e, portanto, o investimento em ações voltadas a esses profissionais tende a apresentar um retorno positivo.

E, finalmente, como resposta ao questionamento norteador fundamental da presente pesquisa sobre a 'disponibilidade em se tornar proficiente em Libras' pode-se concluir que sim, os psicólogos estão interessados em aprender Libras e, além disso, se mostram significativamente receptivos à inclusão de conhecimentos relacionados a pacientes surdos na formação de Psicologia, inclusive como uma disciplina obrigatória, evidenciando a compreensão da relevância de se preparar os futuros psicólogos para atender as demandas emocionais da população surda.

Enfim, a presente pesquisa conclui que a comunidade de psicologia carece de conhecimentos aprofundados sobre o sujeito surdo e, na atualidade, não tende a se disponibilizar ao atendimento dessa população. Entretanto, há sim, o interesse em aprender Libras e sobre a cultura surda, evidenciando que a oportunizarão tem o potencial de mobilizar um contingente expressivo de psicólogos a contribuir para a saúde emocional da população surda. O investimento em políticas públicas é justificável sendo que a sensibilização e a formação emergem como um caminho assertivo para ações que visem a ampliação e melhoria dos serviços psicoterapêuticos oferecidos à comunidade surda e que, antes de tudo, pretendam garantir a promoção de uma inclusão que atenda verdadeiramente à diversidade de pessoas na sociedade.

Reitera-se, mais uma vez, que a presente pesquisa apresenta caráter exploratório, de primeira aproximação do tema, e, por limitações metodológicas, expressa uma realidade predominantemente do Rio de Janeiro e São Paulo e, portanto, os achados não podem ser generalizados para o território nacional. Da mesma forma, o tamanho amostral, embora expressivo, não atende ao cálculo estatístico amostral com base no universo de pesquisa. Considera-se que a replicação desta pesquisa, com períodos de aplicação mais extensos, poderá contribuir para alcançar uma amostra de tamanho estatisticamente ideal e representativo do país, gerando um panorama mais amplo, que propicie a confirmação dos presentes achados.

Referências

- ALMEIDA, S. M. S.; CÓRDULA, E. B. L. O papel do intérprete de Libras no processo de ensino-aprendizagem do (a) aluno (a) surdo (a). *Revista Educação Pública*, on-line, s/p, 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/14/o-papel-do-intprete-de-libras-no-processo-de-ensino-aprendizagem-do-a-aluno-a-surdo-a> Acessado em: 16/11/2022.
- BARROSO, H. C. S. M.; FREITAS, D. A.; WETTERICH, C. B. A comunicação entre surdos e profissionais da saúde: uma revisão bibliográfica. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v.4, n.1, 2020.
- BEINARTH, A. *Veja Saúde*, on-line, 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/como-funciona-e-por-que-fazer-terapia>. Acessado em: 22/10/22.
- BRASIL. Decreto no5.656, de 22 de dezembro de 2005 - Art 3º. Disponível em: https://www.deg.unb.br/images/legislacao/decreto_5626_2005.pdf Acessado em: 15/11/22
- CASALI, D. A percepção dos psicólogos frente ao atendimento psicológico para surdos. 2022, 25 f. Monografia (Curso de Psicologia) Centro Universitário Regional do Brasil, Piauí
- CHAVEIRO N. BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. *et al.* Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional de saúde. *Cogitare Enfermagem*, v.15, n.4, p.639-645, 2010.
- COSTA, T. A. A percepção dos psicólogos frente ao atendimento psicológico para surdos. 2022, 25 f. Monografia (Curso de Psicologia) Centro Universitário Regional do Brasil, Piauí.
- DAMASCENO, M. C. A. A Inclusão dos surdos nas igrejas batistas. *In Totum*, v.6, n.1, p.64-67, 2019.
- FERREIRA JUNIOR, J. L. F.; BEZERRA, H. J. S.; ALVES, E. O. Atendimento psicológico à surdos por meio da Libras no Brasil: uma revisão da literatura. *Psicologia Clínica*, v.33, n. 3, p. 537 - 556, 2021.
- LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; CAETANO, J. F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: Coleção UAB - UFSCar. *Língua de sinais brasileira: uma introdução*. São Carlos: Departamento de Produção Gráfica da USFCar, 2011.
- LOPES, L.O perfil do intérprete de Libras no contexto escolar. 33p. [Monografia] Curso de Pedagogia, Universidade São Francisco, Itatiba - São Paulo. 2020.

MAGRINI, A. M.; SANTOS, T. M. M. Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema? *Revista Distúrbios da Comunicação*, v.26, n.3, p.550-558, 2014.

McALLER, M. Communicating effectively with deaf patients. *Nursing Standard*, v. 20, n.19, p.51-54, 2006.

MATTE, T.; MANTELLI, L; MARTINELLI, N. *et al.* Sinalizar: Comunicação em Libras, a prática de Libras como ferramenta de comunicação. Anais do IX SEPE - Seminário de Ensino e Pesquisa e Extensão, Universidade da Federal da Fronteira Sul, 2019.

PASSOS, L. *Veja Saúde*, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/pesquisa-indica-que-86-dos-brasileiros-tem-algum-transtorno-mental>. Acessado em:10/10/22.

PASSOS, Y. C.; SANTOS, W. F.; CAMPELO, W. N. M. Língua de sinais na escola: comunicação como forma de interação entre surdos e ouvintes por meio da Libras na Escola Luiz Nunes de Direito. *Littera. Online*, v.9, Ed. esp., p. 217-226, 2018.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos*. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUSA, E. M.; ALMEIDA, A. P. T. Atendimento ao surdo na atenção básica: perspectiva da equipe multidisciplinar. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v.10, n.33, p.72-82, 2017.

SANTOS, S. M. C.; *Considerações sobre o papel do intérprete de libras no contexto terapêutico*. 2019, 22 f. Monografia (Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa) Universidade de São Carlos, São Paulo.

SILVA, C. A. A. Igreja católica e surdez: território, associação e representação política. *Religião & Sociedade*, v.32, n.1, p.8, 2012.